

## **18. Protocolo Município Braga – ARS Norte / Intervenções PRR Unidades Saúde - Ratificação**

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de ratificação da aprovação dos contratos-programa abaixo identificados, cujas verbas se encontram financiadas em sede de PRR, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, na sua versão atual, tudo de acordo com os documentos que constam do processo.

- a)** Requalificação da Unidade de Saúde do Carandá – 500.000,00€;
- b)** Requalificação da Unidade de Saúde de Ruães – 150.000,00€;
- c)** Requalificação da Unidade de Saúde de Celeirós (S. Lourenço) – 150.000,00€;
- d)** Requalificação da Unidade de Saúde de Tebosa – 100.000,00€;
- e)** Requalificação da Unidade de Saúde Pública – 100.000,00€;
- f)** Construção da Unidade de Saúde de Campus Vilar – 6.500.000,00€.

## PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

**N.º Informação:** 104596

**Data:** 22/11/2023

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
<b>O(a) Vereador(a)</b> Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	<b>O Presidente, à reunião de Câmara,</b> <b>O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara,</b> (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
------------------------------	---------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
--------------------	--------------------

**Assunto: Protocolo Município Braga – ARS Norte | Intervenções PRR Unidades Saúde****PROPOSTA:**

Através do Auto de Transferência n.º ARSN\_015/2023, o Município de Braga assumiu a delegação de competências na área da saúde, cujo quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, no âmbito do qual são transferidas para os municípios no domínio da saúde as competências de gestão e realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção e equipamento, bem como competências de gestão, manutenção e conservação das instalações e equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários.

Atendendo ao pressuposto anterior, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), através do Aviso Convite Investimento RE-C01-i01 – Cuidados de Saúde Primários com mais respostas N.º 14/C01-i01/2023 Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais 2ª Fase e o N.º 13/C01-i01/2023 Construir novas unidades/polos de saúde, com necessidades pelo menos inferiores em 20% ao padrão Nearly Zero Energy Building, para substituir edifícios desadequados 2ª Fase, o Município de Braga assumiu a responsabilidade de promover candidatura aos investimentos previstos no quadro do PRR, pré-definidos no anexo II deste aviso, que definem cinco requalificações em unidades de saúde já existentes e ainda a construção de uma nova unidade de saúde.

O processo de candidatura ao PRR pressupõe a assinatura de um contrato-programa entre o Município de Braga e a ARS Norte, que regula e define a forma de cooperação entre ambas as entidades, e, cujas minutas foram disponibilizadas por esta entidade, precisamente no último dia definido como data limite para a concretização das referidas candidaturas.

Atendendo ao exposto, no sentido de viabilizar este importante processo de candidatura ao PRR, fundamental para a intervenção em seis unidades de saúde (Campus Vilar, Carandá, Celeirós, Ruães, Saúde Pública e Tebosa), os referidos contratos-programa foram assinados pelo Município de Braga, remetidos junto da ARS Norte, sendo assim integrados na plataforma de candidatura ao PRR de forma atempada.

Assim, nos termos da Lei 75/2013, no seu artigo 35.º, número 3, e considerando os elementos apresentados neste processo, submete-se à ratificação do executivo municipal a aprovação dos seguintes contratos-programa, cujas verbas se encontram financiadas em sede de PRR:

- 1) Requalificação da Unidade de Saúde do Carandá – 500.000,00€;
- 2) Requalificação da Unidade de Saúde de Ruães – 150.000,00€;
- 3) Requalificação da Unidade de Saúde de Celeirós (S. Lourenço) – 150.000,00€;
- 4) Requalificação da Unidade de Saúde de Tebosa – 100.000,00€;
- 5) Requalificação da Unidade de Saúde Pública – 100.000,00€;
- 6) Construção da Unidade de Saúde de Campus Vilar – 6.500.000,00€.

1. Proposta e respetiva fundamentação / Informação técnica;
2. Contrato-Programa Requalificação da Unidade de Saúde do Carandá;
3. Contrato-Programa Requalificação da Unidade de Saúde de Ruães;
4. Contrato-Programa Requalificação da Unidade de Saúde de Celeirós (S. Lourenço);
5. Contrato-Programa Requalificação da Unidade de Saúde de Tebosa;
6. Contrato-Programa Requalificação da Unidade de Saúde Pública;
7. Contrato-Programa Construção da Unidade de Saúde de Campus Vilar.

## **CONTRATO-PROGRAMA**

ENTRE

A **ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, I.P.**, pessoa coletiva n.º 503135593, com sede na Rua de Santa Catarina, n.º 1288, 4000-447 Porto, representada pelo Presidente do Conselho Diretivo, Carlos Alberto de Jesus Nunes, com poderes para o ato, na qualidade de **Primeira Outorgante**.

E

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo seu Presidente, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato, na qualidade de **Segundo Outorgante**.

Considerando:

- A) Que a Administração Regional de Saúde do Norte I.P. (ARSN) tem por missão garantir à população da respetiva área geográfica de intervenção, o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade, adequando os recursos disponíveis às necessidades em saúde;
- B) Que as Autarquias Locais têm visto serem-lhe transferidas competências que impõem a sua participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, bem como a requalificação das já existentes;
- C) Que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
- D) Que este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, no âmbito do qual são transferidas para os municípios no domínio da saúde as competências de gestão e realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção e equipamento, bem como competências de gestão, manutenção e conservação das instalações e equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários;
- E) A Reforma dos Cuidados de Saúde Primários, cuja concretização se pretende implementada através do Investimento RE-C01-i01 – “Cuidados de saúde primários com mais respostas”,

enquadrado na Componente 1 do Plano de Recuperação e Resiliência negociado entre o Estado Português e a Comissão Europeia, aprovado em 16 de junho de 2021;

- F) A meta i1.08 – Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais, prevista no Plano de Recuperação e Resiliência;
- G) Que esta meta permite a renovação das instalações e dos equipamentos das unidades de saúde, aumentando a eficiência energética, assegurando condições de acessibilidade, qualidade, conforto e segurança para utentes e profissionais, adaptando-os aos novos modelos de prestação de cuidados de saúde;
- H) O Município de Braga manifestou interesse e disponibilidade em celebrar um Contrato Programa, tendo em vista a(s) intervenção(ões) na(s) Unidade(s) de Saúde, assumindo toda a responsabilidade financeira inerente, apenas solicitando a intervenção desta ARSN na elaboração do programa funcional e acompanhamento na execução;
- I) Que o Segundo Outorgante, para apresentar a candidatura ao investimento RE-C01-i01, tendo em vista à intervenção na Unidade de Saúde do Carandá tem de juntar um Protocolo assinado entre si e a respetiva ARS sobre o projeto a ser realizado, que regule os termos da cooperação entre as entidades, nos termos do previsto no n.º 5 do ponto 9 do Aviso Convite Nº14/C01-i01/2023;
- J) A publicação em 16.06.2023 do Aviso Convite Investimento RE-C01-i01 – Cuidados de Saúde Primários com mais respostas: Nº14/C01-i01/2023 Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais 2ª Fase, pela Administração Central do Sistema de Saúde I.P., para apresentação de candidaturas para investimento em infraestruturas na saúde, direcionando a distribuição do financiamento pelos Beneficiários Finais constantes do Anexo II do Aviso Convite, que inclui uma intervenção na Unidade de Saúde do Carandá e que estabelece como investimento total o valor de 500 000,00€, sem prejuízo de outro limite máximo a fixar numa eventual republicação;
- K) O esforço conjunto dos Outorgantes insere-se na prossecução dos seus fins: pela Primeira, enquanto responsável pela saúde da população da sua área geodemográfica e administradora do Serviço Nacional de Saúde na região norte, ao abrigo do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro, e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro e, na sua relação com outras entidades, ao abrigo do número 3 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º

22/2012, de 30 de janeiro; pelo Segundo enquanto parceiro na ação comum a favor da saúde coletiva e dos indivíduos da sua área de circunscrição, ao abrigo das Base 8 e 9 da Lei de Bases da Saúde, aprovada pela Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro e ainda da alínea r) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

OS OUTORGANTES SUPRA IDENTIFICADOS, LIVREMENTE E DE BOA-FÉ, CELEBRAM ENTRE SI O PRESENTE CONTRATO-PROGRAMA, QUE SE REGE PELAS SEGUINTE CLÁUSULAS:

## **CAPÍTULO I**

### **Disposições Gerais**

#### **Cláusula I**

##### **(Objeto)**

1. O presente Contrato-Programa tem por objeto a cooperação técnica entre os aqui Outorgantes desde a fase da submissão da candidatura ao Aviso Convite Investimento RE-C01-i01 – Cuidados de Saúde Primários com mais respostas: Nº14/C01-i01/2023 Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais 2ª Fase, por parte do Segundo Outorgante, até à conclusão do investimento, destinado à intervenção na Unidade de Saúde do Carandá.
2. Se os Outorgantes entenderem necessário, e sem prejuízo da transferência das competências que resultem para os órgãos municipais que venham a ocorrer ou que estejam a decorrer por força do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, poderão mediante protocolo específico melhor detalhar os termos e condições da colaboração objeto do presente contrato.

#### **Cláusula II**

##### **(Identificação do imóvel)**

O Segundo Outorgante é dono e legítimo proprietário de um prédio urbano, sito na Praça Cândido Costa Pires, 4715-402, no concelho de Braga.

### **Cláusula III**

#### **(Obrigações dos Outorgantes)**

1. A responsabilidade pela realização do investimento a que alude o número 1 da Cláusula I, compete ao Segundo Outorgante, na condição da candidatura ao PRR a submeter ser aprovada.
2. Caso a candidatura a submeter não venha a ser aprovada, o Segundo Outorgante fica desonerado de qualquer obrigação que sobre si impenda por via do presente contrato.
3. Para os efeitos do número 1 da presente Cláusula, compete em especial ao Segundo Outorgante:
  - a) Concretizar o projeto de execução de acordo com o estudo prévio aprovado pela Primeira Outorgante, mediante o estrito cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
  - b) Promover os adequados procedimentos de contratação para a concretização do investimento;
  - c) Promover a execução das empreitadas ou serviços, de acordo com os projetos aprovados e acordados entre os Outorgantes;
  - d) Requerer à Primeira Outorgante a designação e indicação dos elementos que integrarão o acompanhamento da execução do investimento;
  - e) Assegurar a fiscalização do investimento em apreço;
4. A Primeira Outorgante compromete-se a:
  - a) Apoiar o Segundo Outorgante na instrução da candidatura ao Aviso n.º Nº14/C01-i01/2023, fornecendo, no âmbito da sua área de intervenção, os elementos necessários;
  - b) Assegurar o acompanhamento do investimento, designando os elementos que acompanharão a execução física dos projetos;
  - c) Apoiar o Segundo Outorgante na preparação dos procedimentos, no que diz respeito a especificações técnicas no âmbito da prestação de cuidados de saúde primários.
5. Os Outorgantes comprometem-se a notificar-se entre si, com a maior antecedência possível, caso conheçam de algum facto que impossibilite a correta e pontual execução do disposto no presente contrato ou que ponha em causa os objetivos do mesmo, com a devida justificação e proposta de atuação subsequente.



1. Comprometem-se, ainda, os Outorgantes a executar as ações decorrentes do presente Contrato-Programa, nos termos legais e dentro dos prazos previstos.

#### **Cláusula IV**

##### **(Prazos de início e conclusão do investimento)**

1. O prazo contratual para a execução do investimento previsto na Cláusula I é o prazo definido no projeto de execução ou outro que venha a ser definido no âmbito da candidatura.
2. O Segundo Outorgante compromete-se a encetar todas as diligências para garantir que a execução do investimento previsto na Cláusula I decorra com o menor impacto possível no normal funcionamento dos serviços aí instalados.
3. Se, por casos fortuitos ou de força maior decorrentes dos investimentos a realizar, existir necessidade de interromper o funcionamento dos serviços aí instalados, a Segunda Outorgante, desde já, se responsabiliza a identificar e acomodar locais alternativos para a instalação temporária dos serviços, respeitando todos os requisitos técnicos.

#### **Cláusula V**

##### **(Acompanhamento e fiscalização do investimento)**

1. O Segundo Outorgante compromete-se a prestar informação mensal à Primeira Outorgante, sobre a execução física e financeira das operações aprovadas ao abrigo do Aviso Nº14/C01-i01/2023.
2. A fiscalização, coordenação e acompanhamento da obra é efetuada conjuntamente pelas partes através de uma comissão criada para o efeito.
3. A comissão a que alude o número anterior será igualmente responsável pela emissão de pareceres sobre reclamações, prorrogações e resoluções nesse âmbito.

#### **Cláusula VI**

##### **(Encargos e financiamento do investimento)**

1. Os custos com a realização do investimento referido na Cláusula I estão dependentes da aprovação do respetivo financiamento pelo PRR, devendo a candidatura ser apresentada pelo Segundo Outorgante.

2. Caso a candidatura a submeter não venha a ser aprovada, nos termos do número anterior, o Segundo Outorgante fica desonerado de qualquer obrigação que sobre si imponda por via do presente contrato.

#### **Cláusula VII**

##### **(Cessação do contrato-programa)**

1. O Contrato-Programa cessa por caducidade, designadamente nos termos da Cláusula XI, por impedimento legal superveniente, por acordo, por resolução por incumprimento de obrigações assumidas pelos Outorgantes ou razões de interesse público, devidamente fundamentado.
2. A comunicação de impedimento legal superveniente ou resolução nos termos do número anterior, deverá ser efetuada por escrito e comunicada à contraparte por carta registada com aviso de receção, produzindo efeitos desde a data da sua receção, exceto se for estabelecida outra data legalmente admissível.
3. A cessação do Contrato-Programa nos termos previstos no número 1, ficará sujeita às consequências legalmente previstas.

#### **Cláusula VIII**

##### **(Efeitos da cessação)**

A cessação do Contrato-Programa com fundamento em impedimento legal superveniente, acordo ou denúncia por não cumprimento de obrigações assumidas, tem como consequência a aplicação das regras do enriquecimento sem causa e da responsabilidade civil.

#### **Cláusula IX**

##### **(Domicílios convencionados)**

1. Ficam acordados pelos dois Outorgantes os seguintes domicílios convencionados para efeitos de comunicações e notificações a serem efetuadas no âmbito e por efeito do estabelecido nas cláusulas deste Contrato, aí incluídas as notificações a que haja lugar em sede de litígio, que serão válidas e eficazes a partir da data da sua receção, quando não seja outra a forma especialmente prevista, e desde que efetuadas por escrito e enviadas por carta registada com aviso de receção para as seguintes moradas:

- a. Da Primeira Outorgante: Rua de Santa Catarina, n.º1288, 4000-447 Porto;
  - b. Do Segundo Outorgante: Praça Municipal, 4700-435 Braga;
  - c. Ou para qualquer outro endereço que as partes venham a indicar entre si mediante comunicação prévia, pela mesma forma, com antecedência não inferior a dez dias.
2. Considera-se realizada e eficaz a comunicação enviada para as moradas supra indicadas, ou alterada nos termos anteriormente referidos, que for devolvida por recusa do destinatário, que não for levantada no prazo previsto no regulamento dos serviços postais ou em que o respetivo aviso de receção seja assinado por pessoa diferente do destinatário.
  3. Qualquer comunicação entre as partes deve conter o endereço completo da que a subscreve.

#### **Cláusula X**

##### **(Foro competente)**

Para todo e qualquer litígio emergente da interpretação e aplicação do presente contrato-programa acordam os Outorgantes em submetê-lo ao foro da Comarca do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula XI**

##### **(Vigência e produção de efeitos)**

O Contrato-Programa produz efeitos a partir da data da sua assinatura, e vigorará até à total execução do investimento e cumprimento de todas as obrigações no presente contrato impostas aos seus Outorgantes.

#### **Cláusula XII**

##### **(Casos omissos)**

Os casos omissos e dúvidas que possam resultar da execução do presente Contrato-Programa são resolvidos e esclarecidos mediante consenso entre os Outorgantes, considerando os objetivos nele fixados e a legislação em vigor.



O presente contrato-programa, composto por 8 páginas, foi elaborado num único exemplar e assinado pelas Partes por certificado digital qualificado.

P'la Primeira Outorgante

(Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., Dr. Carlos Alberto de Jesus Nunes)

P'la Segunda Outorgante

(Município de Braga, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

## CONTRATO-PROGRAMA

ENTRE

A **ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, I.P.**, pessoa coletiva n.º 503135593, com sede na Rua de Santa Catarina, n.º 1288, 4000-447 Porto, representada pelo Presidente do Conselho Diretivo, Carlos Alberto de Jesus Nunes, com poderes para o ato, na qualidade de **Primeira Outorgante**.

E

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo seu Presidente, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato, na qualidade de **Segundo Outorgante**.

Considerando:

- A) Que a Administração Regional de Saúde do Norte I.P. (ARSN) tem por missão garantir à população da respetiva área geográfica de intervenção, o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade, adequando os recursos disponíveis às necessidades em saúde;
- B) Que as Autarquias Locais têm visto serem-lhe transferidas competências que impõem a sua participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, bem como a requalificação das já existentes;
- C) Que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
- D) Que este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, no âmbito do qual são transferidas para os municípios no domínio da saúde as competências de gestão e realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção e equipamento, bem como competências de gestão, manutenção e conservação das instalações e equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários;
- E) A Reforma dos Cuidados de Saúde Primários, cuja concretização se pretende implementada através do Investimento RE-C01-i01 – “Cuidados de saúde primários com mais respostas”, enquadrado na Componente 1 do Plano de Recuperação e Resiliência negociado entre o Estado Português e a Comissão Europeia, aprovado em 16 de junho de 2021;

- F) A meta i1.08 – Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais, prevista no Plano de Recuperação e Resiliência;
- G) Que esta meta permite a renovação das instalações e dos equipamentos das unidades de saúde, aumentando a eficiência energética, assegurando condições de acessibilidade, qualidade, conforto e segurança para utentes e profissionais, adaptando-os aos novos modelos de prestação de cuidados de saúde;
- H) O Município de Braga manifestou interesse e disponibilidade em celebrar um Contrato Programa, tendo em vista a(s) intervenção(ões) na(s) Unidade(s) de Saúde, assumindo toda a responsabilidade financeira inerente, apenas solicitando a intervenção desta ARSN na elaboração do programa funcional e acompanhamento na execução;
- I) Que o Segundo Outorgante, para apresentar a candidatura ao investimento RE-C01-i01, tendo em vista à intervenção na Unidade de Saúde de Ruães tem de juntar um Protocolo assinado entre si e a respetiva ARS sobre o projeto a ser realizado, que regule os termos da cooperação entre as entidades, nos termos do previsto no n.º 5 do ponto 9 do Aviso Convite Nº14/C01-i01/2023;
- J) A publicação em 16.06.2023 do Aviso Convite Investimento RE-C01-i01 – Cuidados de Saúde Primários com mais respostas: Nº14/C01-i01/2023 Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais 2ª Fase, pela Administração Central do Sistema de Saúde I.P., para apresentação de candidaturas para investimento em infraestruturas na saúde, direcionando a distribuição do financiamento pelos Beneficiários Finais constantes do Anexo II do Aviso Convite, que inclui uma intervenção na Unidade de Saúde De Ruães e que estabelece como investimento total o valor de 150 000,00€, sem prejuízo de outro limite máximo a fixar numa eventual republicação;
- K) O esforço conjunto dos Outorgantes insere-se na prossecução dos seus fins: pela Primeira, enquanto responsável pela saúde da população da sua área geodemográfica e administradora do Serviço Nacional de Saúde na região norte, ao abrigo do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro, e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro e, na sua relação com outras entidades, ao abrigo do número 3 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro; pelo Segundo enquanto parceiro na ação comum a favor da saúde coletiva e dos indivíduos da sua área de circunscrição, ao abrigo das Base 8 e 9 da Lei de Bases

da Saúde, aprovada pela Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro e ainda da alínea r) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

OS OUTORGANTES SUPRA IDENTIFICADOS, LIVREMENTE E DE BOA-FÉ, CELEBRAM ENTRE SI O PRESENTE CONTRATO-PROGRAMA, QUE SE REGE PELAS SEGUINTE CLÁUSULAS:

## **CAPÍTULO I**

### **Disposições Gerais**

#### **Cláusula I**

##### **(Objeto)**

1. O presente Contrato-Programa tem por objeto a cooperação técnica entre os aqui Outorgantes desde a fase da submissão da candidatura ao Aviso Convite Investimento RE-C01-i01 – Cuidados de Saúde Primários com mais respostas: Nº14/C01-i01/2023 Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais 2ª Fase, por parte do Segundo Outorgante, até à conclusão do investimento, destinado à intervenção na Unidade de Saúde de Ruães.
2. Se os Outorgantes entenderem necessário, e sem prejuízo da transferência das competências que resultem para os órgãos municipais que venham a ocorrer ou que estejam a decorrer por força do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, poderão mediante protocolo específico melhor detalhar os termos e condições da colaboração objeto do presente contrato.

#### **Cláusula II**

##### **(Identificação do imóvel)**

A Segunda Outorgante é dona e legítima proprietária de um prédio urbano, sito na Rua de Ruães, n.º 19, 4700-565, no concelho de Braga.

### **Cláusula III**

#### **(Obrigações dos Outorgantes)**

1. A responsabilidade pela realização do investimento a que alude o número 1 da Cláusula I, compete ao Segundo Outorgante, na condição da candidatura ao PRR a submeter ser aprovada.
2. Caso a candidatura a submeter não venha a ser aprovada, o Segundo Outorgante fica desonerado de qualquer obrigação que sobre si impenda por via do presente contrato.
3. Para os efeitos do número 1 da presente Cláusula, compete em especial ao Segundo Outorgante:
  - a) Concretizar o projeto de execução de acordo com o estudo prévio aprovado pela Primeira Outorgante, mediante o estrito cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
  - b) Promover os adequados procedimentos de contratação para a concretização do investimento;
  - c) Promover a execução das empreitadas ou serviços, de acordo com os projetos aprovados e acordados entre os Outorgantes;
  - d) Requerer à Primeira Outorgante a designação e indicação dos elementos que integrarão o acompanhamento da execução do investimento;
  - e) Assegurar a fiscalização do investimento em apreço;
4. A Primeira Outorgante compromete-se a:
  - a) Apoiar o Segundo Outorgante na instrução da candidatura ao Aviso n.º Nº14/C01-i01/2023, fornecendo, no âmbito da sua área de intervenção, os elementos necessários;
  - b) Assegurar o acompanhamento do investimento, designando os elementos que acompanharão a execução física dos projetos;
  - c) Apoiar o Segundo Outorgante na preparação dos procedimentos, no que diz respeito a especificações técnicas no âmbito da prestação de cuidados de saúde primários.
5. Os Outorgantes comprometem-se a notificar-se entre si, com a maior antecedência possível, caso conheçam de algum facto que impossibilite a correta e pontual execução do disposto no presente contrato ou que ponha em causa os objetivos do mesmo, com a devida justificação e proposta de atuação subsequente.



1. Comprometem-se, ainda, os Outorgantes a executar as ações decorrentes do presente Contrato-Programa, nos termos legais e dentro dos prazos previstos.

#### **Cláusula IV**

##### **(Prazos de início e conclusão do investimento)**

1. O prazo contratual para a execução do investimento previsto na Cláusula I é o prazo definido no projeto de execução ou outro que venha a ser definido no âmbito da candidatura.
2. O Segundo Outorgante compromete-se a encetar todas as diligências para garantir que a execução do investimento previsto na Cláusula I decorra com o menor impacto possível no normal funcionamento dos serviços aí instalados.
3. Se, por casos fortuitos ou de força maior decorrentes dos investimentos a realizar, existir necessidade de interromper o funcionamento dos serviços aí instalados, a Segunda Outorgante, desde já, se responsabiliza a identificar e acomodar locais alternativos para a instalação temporária dos serviços, respeitando todos os requisitos técnicos.

#### **Cláusula V**

##### **(Acompanhamento e fiscalização do investimento)**

1. O Segundo Outorgante compromete-se a prestar informação mensal à Primeira Outorgante, sobre a execução física e financeira das operações aprovadas ao abrigo do Aviso Nº14/C01-i01/2023.
2. A fiscalização, coordenação e acompanhamento da obra é efetuada conjuntamente pelas partes através de uma comissão criada para o efeito.
3. A comissão a que alude o número anterior será igualmente responsável pela emissão de pareceres sobre reclamações, prorrogações e resoluções nesse âmbito.

#### **Cláusula VI**

##### **(Encargos e financiamento do investimento)**

1. Os custos com a realização do investimento referido na Cláusula I estão dependentes da aprovação do respetivo financiamento pelo PRR, devendo a candidatura ser apresentada pelo Segundo Outorgante.

2. Caso a candidatura a submeter não venha a ser aprovada, nos termos do número anterior, o Segundo Outorgante fica desonerado de qualquer obrigação que sobre si imponda por via do presente contrato.

## **Cláusula VII**

### **(Cessação do contrato-programa)**

1. O Contrato-Programa cessa por caducidade, designadamente nos termos da Cláusula XI, por impedimento legal superveniente, por acordo, por resolução por incumprimento de obrigações assumidas pelos Outorgantes ou razões de interesse público, devidamente fundamentado.
2. A comunicação de impedimento legal superveniente ou resolução nos termos do número anterior, deverá ser efetuada por escrito e comunicada à contraparte por carta registada com aviso de receção, produzindo efeitos desde a data da sua receção, exceto se for estabelecida outra data legalmente admissível.
3. A cessação do Contrato-Programa nos termos previstos no número 1, ficará sujeita às consequências legalmente previstas.

## **Cláusula VIII**

### **(Efeitos da cessação)**

A cessação do Contrato-Programa com fundamento em impedimento legal superveniente, acordo ou denúncia por não cumprimento de obrigações assumidas, tem como consequência a aplicação das regras do enriquecimento sem causa e da responsabilidade civil.

## **Cláusula IX**

### **(Domicílios convencionados)**

1. Ficam acordados pelos dois Outorgantes os seguintes domicílios convencionados para efeitos de comunicações e notificações a serem efetuadas no âmbito e por efeito do estabelecido nas cláusulas deste Contrato, aí incluídas as notificações a que haja lugar em sede de litígio, que serão válidas e eficazes a partir da data da sua receção, quando não seja outra a forma especialmente prevista, e desde que efetuadas por escrito e enviadas por carta registada com aviso de receção para as seguintes moradas:

- a. Da Primeira Outorgante: Rua de Santa Catarina, n.º1288, 4000-447 Porto;
  - b. Do Segundo Outorgante: Praça Municipal, 4700-435 Braga;
  - c. Ou para qualquer outro endereço que as partes venham a indicar entre si mediante comunicação prévia, pela mesma forma, com antecedência não inferior a dez dias.
2. Considera-se realizada e eficaz a comunicação enviada para as moradas supra indicadas, ou alterada nos termos anteriormente referidos, que for devolvida por recusa do destinatário, que não for levantada no prazo previsto no regulamento dos serviços postais ou em que o respetivo aviso de receção seja assinado por pessoa diferente do destinatário.
  3. Qualquer comunicação entre as partes deve conter o endereço completo da que a subscreve.

#### **Cláusula X**

##### **(Foro competente)**

Para todo e qualquer litígio emergente da interpretação e aplicação do presente contrato-programa acordam os Outorgantes em submetê-lo ao foro da Comarca do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula XI**

##### **(Vigência e produção de efeitos)**

O Contrato-Programa produz efeitos a partir da data da sua assinatura, e vigorará até à total execução do investimento e cumprimento de todas as obrigações no presente contrato impostas aos seus Outorgantes.

#### **Cláusula XII**

##### **(Casos omissos)**

Os casos omissos e dúvidas que possam resultar da execução do presente Contrato-Programa são resolvidos e esclarecidos mediante consenso entre os Outorgantes, considerando os objetivos nele fixados e a legislação em vigor.



O presente contrato-programa, composto por 8 páginas, foi elaborado num único exemplar e assinado pelas Partes por certificado digital qualificado.

P'la Primeira Outorgante

(Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., Dr. Carlos Alberto de Jesus Nunes)

P'la Segunda Outorgante

(Município de Braga, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

## CONTRATO-PROGRAMA

ENTRE

A **ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, I.P.**, pessoa coletiva n.º 503135593, com sede na Rua de Santa Catarina, n.º 1288, 4000-447 Porto, representada pelo Presidente do Conselho Diretivo, Carlos Alberto de Jesus Nunes, com poderes para o ato, na qualidade de **Primeira Outorgante**.

E

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo seu Presidente, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato, na qualidade de **Segundo Outorgante**.

Considerando:

- A) Que a Administração Regional de Saúde do Norte I.P. (ARSN) tem por missão garantir à população da respetiva área geográfica de intervenção, o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade, adequando os recursos disponíveis às necessidades em saúde;
- B) Que as Autarquias Locais têm visto serem-lhe transferidas competências que impõem a sua participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, bem como a requalificação das já existentes;
- C) Que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
- D) Que este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, no âmbito do qual são transferidas para os municípios no domínio da saúde as competências de gestão e realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção e equipamento, bem como competências de gestão, manutenção e conservação das instalações e equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários;
- E) A Reforma dos Cuidados de Saúde Primários, cuja concretização se pretende implementada através do Investimento RE-C01-i01 – “Cuidados de saúde primários com mais respostas”, enquadrado na Componente 1 do Plano de Recuperação e Resiliência negociado entre o Estado Português e a Comissão Europeia, aprovado em 16 de junho de 2021;

- F) A meta i1.08 – Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais, prevista no Plano de Recuperação e Resiliência;
- G) Que esta meta permite a renovação das instalações e dos equipamentos das unidades de saúde, aumentando a eficiência energética, assegurando condições de acessibilidade, qualidade, conforto e segurança para utentes e profissionais, adaptando-os aos novos modelos de prestação de cuidados de saúde;
- H) O Município de Braga manifestou interesse e disponibilidade em celebrar um Contrato Programa, tendo em vista a(s) intervenção(ões) na(s) Unidade(s) de Saúde, assumindo toda a responsabilidade financeira inerente, apenas solicitando a intervenção desta ARSN na elaboração do programa funcional e acompanhamento na execução;
- I) Que o Segundo Outorgante, para apresentar a candidatura ao investimento RE-C01-i01, tendo em vista à intervenção na Unidade de Saúde De São Lourenço tem de juntar um Protocolo assinado entre si e a respetiva ARS sobre o projeto a ser realizado, que regule os termos da cooperação entre as entidades, nos termos do previsto no n.º 5 do ponto 9 do Aviso Convite Nº14/C01-i01/2023;
- J) A publicação em 16.06.2023 do Aviso Convite Investimento RE-C01-i01 – Cuidados de Saúde Primários com mais respostas: Nº14/C01-i01/2023 Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais 2ª Fase, pela Administração Central do Sistema de Saúde I.P., para apresentação de candidaturas para investimento em infraestruturas na saúde, direcionando a distribuição do financiamento pelos Beneficiários Finais constantes do Anexo II do Aviso Convite, que inclui uma intervenção na Unidade de Saúde de São Lourenço e que estabelece como investimento total o valor de 150 000,00€, sem prejuízo de outro limite máximo a fixar numa eventual republicação;
- K) O esforço conjunto dos Outorgantes insere-se na prossecução dos seus fins: pela Primeira, enquanto responsável pela saúde da população da sua área geodemográfica e administradora do Serviço Nacional de Saúde na região norte, ao abrigo do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro, e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro e, na sua relação com outras entidades, ao abrigo do número 3 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro; pelo Segundo enquanto parceiro na ação comum a favor da saúde coletiva e dos indivíduos da sua área de circunscrição, ao abrigo das Base 8 e 9 da Lei de Bases

da Saúde, aprovada pela Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro e ainda da alínea r) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

OS OUTORGANTES SUPRA IDENTIFICADOS, LIVREMENTE E DE BOA-FÉ, CELEBRAM ENTRE SI O PRESENTE CONTRATO-PROGRAMA, QUE SE REGE PELAS SEGUINTE CLÁUSULAS:

## **CAPÍTULO I**

### **Disposições Gerais**

#### **Cláusula I**

##### **(Objeto)**

1. O presente Contrato-Programa tem por objeto a cooperação técnica entre os aqui Outorgantes desde a fase da submissão da candidatura ao Aviso Convite Investimento RE-C01-i01 – Cuidados de Saúde Primários com mais respostas: Nº14/C01-i01/2023 Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais 2ª Fase, por parte do Segundo Outorgante, até à conclusão do investimento, destinado à intervenção na Unidade de Saúde de São Lourenço.
2. Se os Outorgantes entenderem necessário, e sem prejuízo da transferência das competências que resultem para os órgãos municipais que venham a ocorrer ou que estejam a decorrer por força do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, poderão mediante protocolo específico melhor detalhar os termos e condições da colaboração objeto do presente contrato.

#### **Cláusula II**

##### **(Identificação do imóvel)**

A Segunda Outorgante é dona e legítima proprietária de um prédio urbano, sito na Avenida 17 de Dezembro, n.º 1, 4705-409, no concelho de Braga.

### **Cláusula III**

#### **(Obrigações dos Outorgantes)**

1. A responsabilidade pela realização do investimento a que alude o número 1 da Cláusula I, compete ao Segundo Outorgante, na condição da candidatura ao PRR a submeter ser aprovada.
2. Caso a candidatura a submeter não venha a ser aprovada, o Segundo Outorgante fica desonerado de qualquer obrigação que sobre si impenda por via do presente contrato.
3. Para os efeitos do número 1 da presente Cláusula, compete em especial ao Segundo Outorgante:
  - a) Concretizar o projeto de execução de acordo com o estudo prévio aprovado pela Primeira Outorgante, mediante o estrito cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
  - b) Promover os adequados procedimentos de contratação para a concretização do investimento;
  - c) Promover a execução das empreitadas ou serviços, de acordo com os projetos aprovados e acordados entre os Outorgantes;
  - d) Requerer à Primeira Outorgante a designação e indicação dos elementos que integrarão o acompanhamento da execução do investimento;
  - e) Assegurar a fiscalização do investimento em apreço;
4. A Primeira Outorgante compromete-se a:
  - a) Apoiar o Segundo Outorgante na instrução da candidatura ao Aviso n.º Nº14/C01-i01/2023, fornecendo, no âmbito da sua área de intervenção, os elementos necessários;
  - b) Assegurar o acompanhamento do investimento, designando os elementos que acompanharão a execução física dos projetos;
  - c) Apoiar o Segundo Outorgante na preparação dos procedimentos, no que diz respeito a especificações técnicas no âmbito da prestação de cuidados de saúde primários.
5. Os Outorgantes comprometem-se a notificar-se entre si, com a maior antecedência possível, caso conheçam de algum facto que impossibilite a correta e pontual execução do disposto no presente contrato ou que ponha em causa os objetivos do mesmo, com a devida justificação e proposta de atuação subsequente.



1. Comprometem-se, ainda, os Outorgantes a executar as ações decorrentes do presente Contrato-Programa, nos termos legais e dentro dos prazos previstos.

#### **Cláusula IV**

##### **(Prazos de início e conclusão do investimento)**

1. O prazo contratual para a execução do investimento previsto na Cláusula I é o prazo definido no projeto de execução ou outro que venha a ser definido no âmbito da candidatura.
2. O Segundo Outorgante compromete-se a encetar todas as diligências para garantir que a execução do investimento previsto na Cláusula I decorra com o menor impacto possível no normal funcionamento dos serviços aí instalados.
3. Se, por casos fortuitos ou de força maior decorrentes dos investimentos a realizar, existir necessidade de interromper o funcionamento dos serviços aí instalados, a Segunda Outorgante, desde já, se responsabiliza a identificar e acomodar locais alternativos para a instalação temporária dos serviços, respeitando todos os requisitos técnicos.

#### **Cláusula V**

##### **(Acompanhamento e fiscalização do investimento)**

1. O Segundo Outorgante compromete-se a prestar informação mensal à Primeira Outorgante, sobre a execução física e financeira das operações aprovadas ao abrigo do Aviso Nº14/C01-i01/2023.
2. A fiscalização, coordenação e acompanhamento da obra é efetuada conjuntamente pelas partes através de uma comissão criada para o efeito.
3. A comissão a que alude o número anterior será igualmente responsável pela emissão de pareceres sobre reclamações, prorrogações e resoluções nesse âmbito.

#### **Cláusula VI**

##### **(Encargos e financiamento do investimento)**

1. Os custos com a realização do investimento referido na Cláusula I estão dependentes da aprovação do respetivo financiamento pelo PRR, devendo a candidatura ser apresentada pelo Segundo Outorgante.

2. Caso a candidatura a submeter não venha a ser aprovada, nos termos do número anterior, o Segundo Outorgante fica desonerado de qualquer obrigação que sobre si imponda por via do presente contrato.

#### **Cláusula VII**

##### **(Cessação do contrato-programa)**

1. O Contrato-Programa cessa por caducidade, designadamente nos termos da Cláusula XI, por impedimento legal superveniente, por acordo, por resolução por incumprimento de obrigações assumidas pelos Outorgantes ou razões de interesse público, devidamente fundamentado.
2. A comunicação de impedimento legal superveniente ou resolução nos termos do número anterior, deverá ser efetuada por escrito e comunicada à contraparte por carta registada com aviso de receção, produzindo efeitos desde a data da sua receção, exceto se for estabelecida outra data legalmente admissível.
3. A cessação do Contrato-Programa nos termos previstos no número 1, ficará sujeita às consequências legalmente previstas.

#### **Cláusula VIII**

##### **(Efeitos da cessação)**

A cessação do Contrato-Programa com fundamento em impedimento legal superveniente, acordo ou denúncia por não cumprimento de obrigações assumidas, tem como consequência a aplicação das regras do enriquecimento sem causa e da responsabilidade civil.

#### **Cláusula IX**

##### **(Domicílios convencionados)**

1. Ficam acordados pelos dois Outorgantes os seguintes domicílios convencionados para efeitos de comunicações e notificações a serem efetuadas no âmbito e por efeito do estabelecido nas cláusulas deste Contrato, aí incluídas as notificações a que haja lugar em sede de litígio, que serão válidas e eficazes a partir da data da sua receção, quando não seja outra a forma especialmente prevista, e desde que efetuadas por escrito e enviadas por carta registada com aviso de receção para as seguintes moradas:

- a. Da Primeira Outorgante: Rua de Santa Catarina, n.º1288, 4000-447 Porto;
  - b. Do Segundo Outorgante: Praça Municipal, 4700-435 Braga;
  - c. Ou para qualquer outro endereço que as partes venham a indicar entre si mediante comunicação prévia, pela mesma forma, com antecedência não inferior a dez dias.
2. Considera-se realizada e eficaz a comunicação enviada para as moradas supra indicadas, ou alterada nos termos anteriormente referidos, que for devolvida por recusa do destinatário, que não for levantada no prazo previsto no regulamento dos serviços postais ou em que o respetivo aviso de receção seja assinado por pessoa diferente do destinatário.
  3. Qualquer comunicação entre as partes deve conter o endereço completo da que a subscreve.

#### **Cláusula X**

##### **(Foro competente)**

Para todo e qualquer litígio emergente da interpretação e aplicação do presente contrato-programa acordam os Outorgantes em submetê-lo ao foro da Comarca do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula XI**

##### **(Vigência e produção de efeitos)**

O Contrato-Programa produz efeitos a partir da data da sua assinatura, e vigorará até à total execução do investimento e cumprimento de todas as obrigações no presente contrato impostas aos seus Outorgantes.

#### **Cláusula XII**

##### **(Casos omissos)**

Os casos omissos e dúvidas que possam resultar da execução do presente Contrato-Programa são resolvidos e esclarecidos mediante consenso entre os Outorgantes, considerando os objetivos nele fixados e a legislação em vigor.



O presente contrato-programa, composto por 8 páginas, foi elaborado num único exemplar e assinado pelas Partes por certificado digital qualificado.

P'la Primeira Outorgante

(Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., Dr. Carlos Alberto de Jesus Nunes)

P'la Segunda Outorgante

(Município de Braga, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

## CONTRATO-PROGRAMA

ENTRE

A **ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, I.P.**, pessoa coletiva n.º 503135593, com sede na Rua de Santa Catarina, n.º 1288, 4000-447 Porto, representada pelo Presidente do Conselho Diretivo, Carlos Alberto de Jesus Nunes, com poderes para o ato, na qualidade de **Primeira Outorgante**.

E

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo seu Presidente, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato, na qualidade de **Segundo Outorgante**.

Considerando:

- A) Que a Administração Regional de Saúde do Norte I.P. (ARSN) tem por missão garantir à população da respetiva área geográfica de intervenção, o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade, adequando os recursos disponíveis às necessidades em saúde;
- B) Que as Autarquias Locais têm visto serem-lhe transferidas competências que impõem a sua participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, bem como a requalificação das já existentes;
- C) Que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
- D) Que este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, no âmbito do qual são transferidas para os municípios no domínio da saúde as competências de gestão e realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção e equipamento, bem como competências de gestão, manutenção e conservação das instalações e equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários;
- E) A Reforma dos Cuidados de Saúde Primários, cuja concretização se pretende implementada através do Investimento RE-C01-i01 – “Cuidados de saúde primários com mais respostas”, enquadrado na Componente 1 do Plano de Recuperação e Resiliência negociado entre o Estado Português e a Comissão Europeia, aprovado em 16 de junho de 2021;

- F) A meta i1.08 – Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais, prevista no Plano de Recuperação e Resiliência;
- G) Que esta meta permite a renovação das instalações e dos equipamentos das unidades de saúde, aumentando a eficiência energética, assegurando condições de acessibilidade, qualidade, conforto e segurança para utentes e profissionais, adaptando-os aos novos modelos de prestação de cuidados de saúde;
- H) O Município de Braga manifestou interesse e disponibilidade em celebrar um Contrato Programa, tendo em vista a(s) intervenção(ões) na(s) Unidade(s) de Saúde, assumindo toda a responsabilidade financeira inerente, apenas solicitando a intervenção desta ARSN na elaboração do programa funcional e acompanhamento na execução;
- I) Que o Segundo Outorgante, para apresentar a candidatura ao investimento RE-C01-i01, tendo em vista à intervenção na Unidade de Saúde De Tebosa tem de juntar um Protocolo assinado entre si e a respetiva ARS sobre o projeto a ser realizado, que regule os termos da cooperação entre as entidades, nos termos do previsto no n.º 5 do ponto 9 do Aviso Convite Nº14/C01-i01/2023;
- J) A publicação em 16.06.2023 do Aviso Convite Investimento RE-C01-i01 – Cuidados de Saúde Primários com mais respostas: Nº14/C01-i01/2023 Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais 2ª Fase, pela Administração Central do Sistema de Saúde I.P., para apresentação de candidaturas para investimento em infraestruturas na saúde, direcionando a distribuição do financiamento pelos Beneficiários Finais constantes do Anexo II do Aviso Convite, que inclui uma intervenção na Unidade de Saúde de Tebosa e que estabelece como investimento total o valor de 100 000,00€, sem prejuízo de outro limite máximo a fixar numa eventual republicação;
- K) O esforço conjunto dos Outorgantes insere-se na prossecução dos seus fins: pela Primeira, enquanto responsável pela saúde da população da sua área geodemográfica e administradora do Serviço Nacional de Saúde na região norte, ao abrigo do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro, e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro e, na sua relação com outras entidades, ao abrigo do número 3 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro; pelo Segundo enquanto parceiro na ação comum a favor da saúde coletiva e dos indivíduos da sua área de circunscrição, ao abrigo das Base 8 e 9 da Lei de Bases

da Saúde, aprovada pela Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro e ainda da alínea r) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

OS OUTORGANTES SUPRA IDENTIFICADOS, LIVREMENTE E DE BOA-FÉ, CELEBRAM ENTRE SI O PRESENTE CONTRATO-PROGRAMA, QUE SE REGE PELAS SEGUINTE CLÁUSULAS:

## **CAPÍTULO I**

### **Disposições Gerais**

#### **Cláusula I**

##### **(Objeto)**

1. O presente Contrato-Programa tem por objeto a cooperação técnica entre os aqui Outorgantes desde a fase da submissão da candidatura ao Aviso Convite Investimento RE-C01-i01 – Cuidados de Saúde Primários com mais respostas: Nº14/C01-i01/2023 Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais 2ª Fase, por parte do Segundo Outorgante, até à conclusão do investimento, destinado à intervenção na Unidade de Saúde do Tebosa.
2. Se os Outorgantes entenderem necessário, e sem prejuízo da transferência das competências que resultem para os órgãos municipais que venham a ocorrer ou que estejam a decorrer por força do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, poderão mediante protocolo específico melhor detalhar os termos e condições da colaboração objeto do presente contrato.

#### **Cláusula II**

##### **(Identificação do imóvel)**

A Segunda Outorgante é dona e legítima proprietária de um prédio urbano, sito na Avenida da Igreja, n.º 37, 4705-630, no concelho de Braga.

#### **Cláusula III**

##### **(Obrigações dos Outorgantes)**

1. A responsabilidade pela realização do investimento a que alude o número 1 da Cláusula I, compete ao Segundo Outorgante, na condição da candidatura ao PRR a submeter ser aprovada.
2. Caso a candidatura a submeter não venha a ser aprovada, o Segundo Outorgante fica desonerado de qualquer obrigação que sobre si impenda por via do presente contrato.
3. Para os efeitos do número 1 da presente Cláusula, compete em especial ao Segundo Outorgante:
  - a) Concretizar o projeto de execução de acordo com o estudo prévio aprovado pela Primeira Outorgante, mediante o estrito cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
  - b) Promover os adequados procedimentos de contratação para a concretização do investimento;
  - c) Promover a execução das empreitadas ou serviços, de acordo com os projetos aprovados e acordados entre os Outorgantes;
  - d) Requerer à Primeira Outorgante a designação e indicação dos elementos que integrarão o acompanhamento da execução do investimento;
  - e) Assegurar a fiscalização do investimento em apreço;
4. A Primeira Outorgante compromete-se a:
  - a) Apoiar o Segundo Outorgante na instrução da candidatura ao Aviso n.º Nº14/C01-i01/2023, fornecendo, no âmbito da sua área de intervenção, os elementos necessários;
  - b) Assegurar o acompanhamento do investimento, designando os elementos que acompanharão a execução física dos projetos;
  - c) Apoiar o Segundo Outorgante na preparação dos procedimentos, no que diz respeito a especificações técnicas no âmbito da prestação de cuidados de saúde primários.
5. Os Outorgantes comprometem-se a notificar-se entre si, com a maior antecedência possível, caso conheçam de algum facto que impossibilite a correta e pontual execução do disposto no presente contrato ou que ponha em causa os objetivos do mesmo, com a devida justificação e proposta de atuação subsequente.
1. Comprometem-se, ainda, os Outorgantes a executar as ações decorrentes do presente Contrato-Programa, nos termos legais e dentro dos prazos previstos.



#### **Cláusula IV**

##### **(Prazos de início e conclusão do investimento)**

1. O prazo contratual para a execução do investimento previsto na Cláusula I é o prazo definido no projeto de execução ou outro que venha a ser definido no âmbito da candidatura.
2. O Segundo Outorgante compromete-se a encetar todas as diligências para garantir que a execução do investimento previsto na Cláusula I decorra com o menor impacto possível no normal funcionamento dos serviços aí instalados.
3. Se, por casos fortuitos ou de força maior decorrentes dos investimentos a realizar, existir necessidade de interromper o funcionamento dos serviços aí instalados, a Segunda Outorgante, desde já, se responsabiliza a identificar e acomodar locais alternativos para a instalação temporária dos serviços, respeitando todos os requisitos técnicos.

#### **Cláusula V**

##### **(Acompanhamento e fiscalização do investimento)**

1. O Segundo Outorgante compromete-se a prestar informação mensal à Primeira Outorgante, sobre a execução física e financeira das operações aprovadas ao abrigo do Aviso Nº14/C01-i01/2023.
2. A fiscalização, coordenação e acompanhamento da obra é efetuada conjuntamente pelas partes através de uma comissão criada para o efeito.
3. A comissão a que alude o número anterior será igualmente responsável pela emissão de pareceres sobre reclamações, prorrogações e resoluções nesse âmbito.

#### **Cláusula VI**

##### **(Encargos e financiamento do investimento)**

1. Os custos com a realização do investimento referido na Cláusula I estão dependentes da aprovação do respetivo financiamento pelo PRR, devendo a candidatura ser apresentada pelo Segundo Outorgante.
2. Caso a candidatura a submeter não venha a ser aprovada, nos termos do número anterior, o Segundo Outorgante fica desonerado de qualquer obrigação que sobre si impenda por via do presente contrato.

## **Cláusula VII**

### **(Cessação do contrato-programa)**

1. O Contrato-Programa cessa por caducidade, designadamente nos termos da Cláusula XI, por impedimento legal superveniente, por acordo, por resolução por incumprimento de obrigações assumidas pelos Outorgantes ou razões de interesse público, devidamente fundamentado.
2. A comunicação de impedimento legal superveniente ou resolução nos termos do número anterior, deverá ser efetuada por escrito e comunicada à contraparte por carta registada com aviso de receção, produzindo efeitos desde a data da sua receção, exceto se for estabelecida outra data legalmente admissível.
3. A cessação do Contrato-Programa nos termos previstos no número 1, ficará sujeita às consequências legalmente previstas.

## **Cláusula VIII**

### **(Efeitos da cessação)**

A cessação do Contrato-Programa com fundamento em impedimento legal superveniente, acordo ou denúncia por não cumprimento de obrigações assumidas, tem como consequência a aplicação das regras do enriquecimento sem causa e da responsabilidade civil.

## **Cláusula IX**

### **(Domicílios convencionados)**

1. Ficam acordados pelos dois Outorgantes os seguintes domicílios convencionados para efeitos de comunicações e notificações a serem efetuadas no âmbito e por efeito do estabelecido nas cláusulas deste Contrato, aí incluídas as notificações a que haja lugar em sede de litígio, que serão válidas e eficazes a partir da data da sua receção, quando não seja outra a forma especialmente prevista, e desde que efetuadas por escrito e enviadas por carta registada com aviso de receção para as seguintes moradas:
  - a. Da Primeira Outorgante: Rua de Santa Catarina, n.º1288, 4000-447 Porto;
  - b. Do Segundo Outorgante: Praça Municipal, 4700-435 Braga;

- c. Ou para qualquer outro endereço que as partes venham a indicar entre si mediante comunicação prévia, pela mesma forma, com antecedência não inferior a dez dias.
2. Considera-se realizada e eficaz a comunicação enviada para as moradas supra indicadas, ou alterada nos termos anteriormente referidos, que for devolvida por recusa do destinatário, que não for levantada no prazo previsto no regulamento dos serviços postais ou em que o respetivo aviso de receção seja assinado por pessoa diferente do destinatário.
3. Qualquer comunicação entre as partes deve conter o endereço completo da que a subscreve.

#### **Cláusula X**

##### **(Foro competente)**

Para todo e qualquer litígio emergente da interpretação e aplicação do presente contrato-programa acordam os Outorgantes em submetê-lo ao foro da Comarca do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula XI**

##### **(Vigência e produção de efeitos)**

O Contrato-Programa produz efeitos a partir da data da sua assinatura, e vigorará até à total execução do investimento e cumprimento de todas as obrigações no presente contrato impostas aos seus Outorgantes.

#### **Cláusula XII**

##### **(Casos omissos)**

Os casos omissos e dúvidas que possam resultar da execução do presente Contrato-Programa são resolvidos e esclarecidos mediante consenso entre os Outorgantes, considerando os objetivos nele fixados e a legislação em vigor.

O presente contrato-programa, composto por 8 páginas, foi elaborado num único exemplar e assinado pelas Partes por certificado digital qualificado.



P'la Primeira Outorgante

(Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., Dr. Carlos Alberto de Jesus Nunes)

P'la Segunda Outorgante

(Município de Braga, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

## **CONTRATO-PROGRAMA**

ENTRE

A **ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, I.P.**, pessoa coletiva n.º 503135593, com sede na Rua de Santa Catarina, n.º 1288, 4000-447 Porto, representada pelo Presidente do Conselho Diretivo, Carlos Alberto de Jesus Nunes, com poderes para o ato, na qualidade de **Primeira Outorgante**.

E

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo seu Presidente, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato, na qualidade de **Segundo Outorgante**.

Considerando:

- A) Que a Administração Regional de Saúde do Norte I.P. (ARSN) tem por missão garantir à população da respetiva área geográfica de intervenção, o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade, adequando os recursos disponíveis às necessidades em saúde;
- B) Que as Autarquias Locais têm visto serem-lhe transferidas competências que impõem a sua participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, bem como a requalificação das já existentes;
- C) Que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
- D) Que este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, no âmbito do qual são transferidas para os municípios no domínio da saúde as competências de gestão e realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção e equipamento, bem como competências de gestão, manutenção e conservação das instalações e equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários;
- E) A Reforma dos Cuidados de Saúde Primários, cuja concretização se pretende implementada através do Investimento RE-C01-i01 – “Cuidados de saúde primários com mais respostas”,

enquadrado na Componente 1 do Plano de Recuperação e Resiliência negociado entre o Estado Português e a Comissão Europeia, aprovado em 16 de junho de 2021;

- F) A meta i1.08 – Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais, prevista no Plano de Recuperação e Resiliência;
- G) Que esta meta permite a renovação das instalações e dos equipamentos das unidades de saúde, aumentando a eficiência energética, assegurando condições de acessibilidade, qualidade, conforto e segurança para utentes e profissionais, adaptando-os aos novos modelos de prestação de cuidados de saúde;
- H) O Município de Braga manifestou interesse e disponibilidade em celebrar um Contrato Programa, tendo em vista a(s) intervenção(ões) na(s) Unidade(s) de Saúde, assumindo toda a responsabilidade financeira inerente, apenas solicitando a intervenção desta ARSN na elaboração do programa funcional e acompanhamento na execução;
- I) Que o Segundo Outorgante, para apresentar a candidatura ao investimento RE-C01-i01, tendo em vista à intervenção na Unidade de Saúde de Saúde Pública tem de juntar um Protocolo assinado entre si e a respetiva ARS sobre o projeto a ser realizado, que regule os termos da cooperação entre as entidades, nos termos do previsto no n.º 5 do ponto 9 do Aviso Convite Nº14/C01-i01/2023;
- J) A publicação em 16.06.2023 do Aviso Convite Investimento RE-C01-i01 – Cuidados de Saúde Primários com mais respostas: Nº14/C01-i01/2023 Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais 2ª Fase, pela Administração Central do Sistema de Saúde I.P., para apresentação de candidaturas para investimento em infraestruturas na saúde, direcionando a distribuição do financiamento pelos Beneficiários Finais constantes do Anexo II do Aviso Convite, que inclui uma intervenção na Unidade de Saúde Pública e que estabelece como investimento total o valor de 100 000,00€, sem prejuízo de outro limite máximo a fixar numa eventual republicação;
- K) O esforço conjunto dos Outorgantes insere-se na prossecução dos seus fins: pela Primeira, enquanto responsável pela saúde da população da sua área geodemográfica e administradora do Serviço Nacional de Saúde na região norte, ao abrigo do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro, e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro e, na sua relação com outras entidades, ao abrigo do número 3 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º

22/2012, de 30 de janeiro; pelo Segundo enquanto parceiro na ação comum a favor da saúde coletiva e dos indivíduos da sua área de circunscrição, ao abrigo das Base 8 e 9 da Lei de Bases da Saúde, aprovada pela Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro e ainda da alínea r) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

OS OUTORGANTES SUPRA IDENTIFICADOS, LIVREMENTE E DE BOA-FÉ, CELEBRAM ENTRE SI O PRESENTE CONTRATO-PROGRAMA, QUE SE REGE PELAS SEGUINTE CLÁUSULAS:

## **CAPÍTULO I**

### **Disposições Gerais**

#### **Cláusula I**

##### **(Objeto)**

1. O presente Contrato-Programa tem por objeto a cooperação técnica entre os aqui Outorgantes desde a fase da submissão da candidatura ao Aviso Convite Investimento RE-C01-i01 – Cuidados de Saúde Primários com mais respostas: Nº14/C01-i01/2023 Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais 2ª Fase, por parte do Segundo Outorgante, até à conclusão do investimento, destinado à intervenção na Unidade de Saúde Pública.
2. Se os Outorgantes entenderem necessário, e sem prejuízo da transferência das competências que resultem para os órgãos municipais que venham a ocorrer ou que estejam a decorrer por força do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, poderão mediante protocolo específico melhor detalhar os termos e condições da colaboração objeto do presente contrato.

#### **Cláusula II**

##### **(Identificação do imóvel)**

#### **Cláusula II**

##### **(Identificação do imóvel)**

A Segundo Outorgante desde já se compromete a obter todas as necessárias autorizações e contratos por parte do Estado, enquanto legítimo proprietário do imóvel onde se encontra

sediada a Unidade de Saúde Pública, em Praceta do Vilar, 4710-453, no concelho de Braga, que lhe permitam a viabilização do objetivo do presente Contrato-Programa.

### **Cláusula III**

#### **(Obrigações dos Outorgantes)**

1. A responsabilidade pela realização do investimento a que alude o número 1 da Cláusula I, compete ao Segundo Outorgante, na condição da candidatura ao PRR a submeter ser aprovada.
2. Caso a candidatura a submeter não venha a ser aprovada, o Segundo Outorgante fica desonerado de qualquer obrigação que sobre si impenda por via do presente contrato.
3. Para os efeitos do número 1 da presente Cláusula, compete em especial ao Segundo Outorgante:
  - a) Concretizar o projeto de execução de acordo com o estudo prévio aprovado pela Primeira Outorgante, mediante o estrito cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
  - b) Promover os adequados procedimentos de contratação para a concretização do investimento;
  - c) Promover a execução das empreitadas ou serviços, de acordo com os projetos aprovados e acordados entre os Outorgantes;
  - d) Requerer à Primeira Outorgante a designação e indicação dos elementos que integrarão o acompanhamento da execução do investimento;
  - e) Assegurar a fiscalização do investimento em apreço;
4. A Primeira Outorgante compromete-se a:
  - a) Apoiar o Segundo Outorgante na instrução da candidatura ao Aviso n.º Nº14/C01-i01/2023, fornecendo, no âmbito da sua área de intervenção, os elementos necessários;
  - b) Assegurar o acompanhamento do investimento, designando os elementos que acompanharão a execução física dos projetos;
  - c) Apoiar o Segundo Outorgante na preparação dos procedimentos, no que diz respeito a especificações técnicas no âmbito da prestação de cuidados de saúde primários.
5. Os Outorgantes comprometem-se a notificar-se entre si, com a maior antecedência possível, caso conheçam de algum facto que impossibilite a correta e pontual execução



do disposto no presente contrato ou que ponha em causa os objetivos do mesmo, com a devida justificação e proposta de atuação subsequente.

1. Comprometem-se, ainda, os Outorgantes a executar as ações decorrentes do presente Contrato-Programa, nos termos legais e dentro dos prazos previstos.

#### **Cláusula IV**

##### **(Prazos de início e conclusão do investimento)**

1. O prazo contratual para a execução do investimento previsto na Cláusula I é o prazo definido no projeto de execução ou outro que venha a ser definido no âmbito da candidatura.
2. O Segundo Outorgante compromete-se a encetar todas as diligências para garantir que a execução do investimento previsto na Cláusula I decorra com o menor impacto possível no normal funcionamento dos serviços aí instalados.
3. Se, por casos fortuitos ou de força maior decorrentes dos investimentos a realizar, existir necessidade de interromper o funcionamento dos serviços aí instalados, a Segunda Outorgante, desde já, se responsabiliza a identificar e acomodar locais alternativos para a instalação temporária dos serviços, respeitando todos os requisitos técnicos.

#### **Cláusula V**

##### **(Acompanhamento e fiscalização do investimento)**

1. O Segundo Outorgante compromete-se a prestar informação mensal à Primeira Outorgante, sobre a execução física e financeira das operações aprovadas ao abrigo do Aviso Nº14/C01-i01/2023.
2. A fiscalização, coordenação e acompanhamento da obra é efetuada conjuntamente pelas partes através de uma comissão criada para o efeito.
3. A comissão a que alude o número anterior será igualmente responsável pela emissão de pareceres sobre reclamações, prorrogações e resoluções nesse âmbito.

#### **Cláusula VI**

##### **(Encargos e financiamento do investimento)**

1. Os custos com a realização do investimento referido na Cláusula I estão dependentes da aprovação do respetivo financiamento pelo PRR, devendo a candidatura ser apresentada pelo Segundo Outorgante.
2. Caso a candidatura a submeter não venha a ser aprovada, nos termos do número anterior, o Segundo Outorgante fica desonerado de qualquer obrigação que sobre si imponda por via do presente contrato.

#### **Cláusula VII**

##### **(Cessação do contrato-programa)**

1. O Contrato-Programa cessa por caducidade, designadamente nos termos da Cláusula XI, por impedimento legal superveniente, por acordo, por resolução por incumprimento de obrigações assumidas pelos Outorgantes ou razões de interesse público, devidamente fundamentado.
2. A comunicação de impedimento legal superveniente ou resolução nos termos do número anterior, deverá ser efetuada por escrito e comunicada à contraparte por carta registada com aviso de receção, produzindo efeitos desde a data da sua receção, exceto se for estabelecida outra data legalmente admissível.
3. A cessação do Contrato-Programa nos termos previstos no número 1, ficará sujeita às consequências legalmente previstas.

#### **Cláusula VIII**

##### **(Efeitos da cessação)**

A cessação do Contrato-Programa com fundamento em impedimento legal superveniente, acordo ou denúncia por não cumprimento de obrigações assumidas, tem como consequência a aplicação das regras do enriquecimento sem causa e da responsabilidade civil.

#### **Cláusula IX**

##### **(Domicílios convencionados)**

1. Ficam acordados pelos dois Outorgantes os seguintes domicílios convencionados para efeitos de comunicações e notificações a serem efetuadas no âmbito e por efeito do estabelecido nas cláusulas deste Contrato, aí incluídas as notificações a que haja lugar

em sede de litígio, que serão válidas e eficazes a partir da data da sua receção, quando não seja outra a forma especialmente prevista, e desde que efetuadas por escrito e enviadas por carta registada com aviso de receção para as seguintes moradas:

- a. Da Primeira Outorgante: Rua de Santa Catarina, n.º1288, 4000-447 Porto;
  - b. Do Segundo Outorgante: Praça Municipal, 4700-435 Braga;
  - c. Ou para qualquer outro endereço que as partes venham a indicar entre si mediante comunicação prévia, pela mesma forma, com antecedência não inferior a dez dias.
2. Considera-se realizada e eficaz a comunicação enviada para as moradas supra indicadas, ou alterada nos termos anteriormente referidos, que for devolvida por recusa do destinatário, que não for levantada no prazo previsto no regulamento dos serviços postais ou em que o respetivo aviso de receção seja assinado por pessoa diferente do destinatário.
  3. Qualquer comunicação entre as partes deve conter o endereço completo da que a subscreve.

#### **Cláusula X**

##### **(Foro competente)**

Para todo e qualquer litígio emergente da interpretação e aplicação do presente contrato-programa acordam os Outorgantes em submetê-lo ao foro da Comarca do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula XI**

##### **(Vigência e produção de efeitos)**

O Contrato-Programa produz efeitos a partir da data da sua assinatura, e vigorará até à total execução do investimento e cumprimento de todas as obrigações no presente contrato impostas aos seus Outorgantes.

#### **Cláusula XII**

##### **(Casos omissos)**



Os casos omissos e dúvidas que possam resultar da execução do presente Contrato-Programa são resolvidos e esclarecidos mediante consenso entre os Outorgantes, considerando os objetivos nele fixados e a legislação em vigor.

O presente contrato-programa, composto por 8 páginas, foi elaborado num único exemplar e assinado pelas Partes por certificado digital qualificado.

P'la Primeira Outorgante

(Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., Dr. Carlos Alberto de Jesus Nunes)

P'la Segunda Outorgante

(Município de Braga, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

## CONTRATO-PROGRAMA

ENTRE

A **ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, I.P.**, pessoa coletiva n.º 503135593, com sede na Rua de Santa Catarina, n.º 1288, 4000-447 Porto, representada pelo Presidente do Conselho Diretivo, Carlos Alberto de Jesus Nunes, com poderes para o ato, na qualidade de **Primeira Outorgante**.

E

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo seu Presidente, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato, na qualidade de **Segundo Outorgante**.

Considerando:

- A) Que a Administração Regional de Saúde do Norte I.P. (ARSN) tem por missão garantir à população da respetiva área geográfica de intervenção, o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade, adequando os recursos disponíveis às necessidades em saúde;
- B) Que as Autarquias Locais têm visto serem-lhe transferidas competências que impõem a sua participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, bem como a requalificação das já existentes;
- C) Que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
- D) Que este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, no âmbito do qual são transferidas para os municípios no domínio da saúde as competências de gestão e realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente na sua construção e equipamento, bem como competências de gestão, manutenção e conservação das instalações e equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários;
- E) A Reforma dos Cuidados de Saúde Primários, cuja concretização se pretende implementada através do Investimento RE-C01-i01 – “Cuidados de saúde primários com mais respostas”, enquadrado na Componente 1 do Plano de Recuperação e Resiliência negociado entre o Estado Português e a Comissão Europeia, aprovado em 16 de junho de 2021;

- F) A meta i1.08 – Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais, prevista no Plano de Recuperação e Resiliência;
- G) Que esta meta permite a renovação das instalações e dos equipamentos das unidades de saúde, aumentando a eficiência energética, assegurando condições de acessibilidade, qualidade, conforto e segurança para utentes e profissionais, adaptando-os aos novos modelos de prestação de cuidados de saúde;
- H) O Município de Braga manifestou interesse e disponibilidade em celebrar um Contrato Programa, tendo em vista a(s) intervenção(ões) na(s) Unidade(s) de Saúde, assumindo toda a responsabilidade financeira inerente, apenas solicitando a intervenção desta ARSN na elaboração do programa funcional e acompanhamento na execução;
- I) Que o Segundo Outorgante, para apresentar a candidatura ao investimento RE-C01-i01, tendo em vista à intervenção na Unidade de Saúde De Tebosa tem de juntar um Protocolo assinado entre si e a respetiva ARS sobre o projeto a ser realizado, que regule os termos da cooperação entre as entidades, nos termos do previsto no n.º 5 do ponto 9 do Aviso Convite Nº14/C01-i01/2023;
- J) A publicação em 16.06.2023 do Aviso Convite Investimento RE-C01-i01 – Cuidados de Saúde Primários com mais respostas: Nº14/C01-i01/2023 Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais 2ª Fase, pela Administração Central do Sistema de Saúde I.P., para apresentação de candidaturas para investimento em infraestruturas na saúde, direcionando a distribuição do financiamento pelos Beneficiários Finais constantes do Anexo II do Aviso Convite, que inclui uma intervenção na Unidade de Saúde de Tebosa e que estabelece como investimento total o valor de 100 000,00€, sem prejuízo de outro limite máximo a fixar numa eventual republicação;
- K) O esforço conjunto dos Outorgantes insere-se na prossecução dos seus fins: pela Primeira, enquanto responsável pela saúde da população da sua área geodemográfica e administradora do Serviço Nacional de Saúde na região norte, ao abrigo do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro, e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro e, na sua relação com outras entidades, ao abrigo do número 3 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro; pelo Segundo enquanto parceiro na ação comum a favor da saúde coletiva e dos indivíduos da sua área de circunscrição, ao abrigo das Base 8 e 9 da Lei de Bases

da Saúde, aprovada pela Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro e ainda da alínea r) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

OS OUTORGANTES SUPRA IDENTIFICADOS, LIVREMENTE E DE BOA-FÉ, CELEBRAM ENTRE SI O PRESENTE CONTRATO-PROGRAMA, QUE SE REGE PELAS SEGUINTE CLÁUSULAS:

## **CAPÍTULO I**

### **Disposições Gerais**

#### **Cláusula I**

##### **(Objeto)**

1. O presente Contrato-Programa tem por objeto a cooperação técnica entre os aqui Outorgantes desde a fase da submissão da candidatura ao Aviso Convite Investimento RE-C01-i01 – Cuidados de Saúde Primários com mais respostas: Nº14/C01-i01/2023 Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais 2ª Fase, por parte do Segundo Outorgante, até à conclusão do investimento, destinado à intervenção na Unidade de Saúde do Tebosa.
2. Se os Outorgantes entenderem necessário, e sem prejuízo da transferência das competências que resultem para os órgãos municipais que venham a ocorrer ou que estejam a decorrer por força do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, poderão mediante protocolo específico melhor detalhar os termos e condições da colaboração objeto do presente contrato.

#### **Cláusula II**

##### **(Identificação do imóvel)**

A Segunda Outorgante é dona e legítima proprietária de um prédio urbano, sito na Avenida da Igreja, n.º 37, 4705-630, no concelho de Braga.

#### **Cláusula III**

##### **(Obrigações dos Outorgantes)**

1. A responsabilidade pela realização do investimento a que alude o número 1 da Cláusula I, compete ao Segundo Outorgante, na condição da candidatura ao PRR a submeter ser aprovada.
2. Caso a candidatura a submeter não venha a ser aprovada, o Segundo Outorgante fica desonerado de qualquer obrigação que sobre si impenda por via do presente contrato.
3. Para os efeitos do número 1 da presente Cláusula, compete em especial ao Segundo Outorgante:
  - a) Concretizar o projeto de execução de acordo com o estudo prévio aprovado pela Primeira Outorgante, mediante o estrito cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
  - b) Promover os adequados procedimentos de contratação para a concretização do investimento;
  - c) Promover a execução das empreitadas ou serviços, de acordo com os projetos aprovados e acordados entre os Outorgantes;
  - d) Requerer à Primeira Outorgante a designação e indicação dos elementos que integrarão o acompanhamento da execução do investimento;
  - e) Assegurar a fiscalização do investimento em apreço;
4. A Primeira Outorgante compromete-se a:
  - a) Apoiar o Segundo Outorgante na instrução da candidatura ao Aviso n.º Nº14/C01-i01/2023, fornecendo, no âmbito da sua área de intervenção, os elementos necessários;
  - b) Assegurar o acompanhamento do investimento, designando os elementos que acompanharão a execução física dos projetos;
  - c) Apoiar o Segundo Outorgante na preparação dos procedimentos, no que diz respeito a especificações técnicas no âmbito da prestação de cuidados de saúde primários.
5. Os Outorgantes comprometem-se a notificar-se entre si, com a maior antecedência possível, caso conheçam de algum facto que impossibilite a correta e pontual execução do disposto no presente contrato ou que ponha em causa os objetivos do mesmo, com a devida justificação e proposta de atuação subsequente.
1. Comprometem-se, ainda, os Outorgantes a executar as ações decorrentes do presente Contrato-Programa, nos termos legais e dentro dos prazos previstos.



#### **Cláusula IV**

##### **(Prazos de início e conclusão do investimento)**

1. O prazo contratual para a execução do investimento previsto na Cláusula I é o prazo definido no projeto de execução ou outro que venha a ser definido no âmbito da candidatura.
2. O Segundo Outorgante compromete-se a encetar todas as diligências para garantir que a execução do investimento previsto na Cláusula I decorra com o menor impacto possível no normal funcionamento dos serviços aí instalados.
3. Se, por casos fortuitos ou de força maior decorrentes dos investimentos a realizar, existir necessidade de interromper o funcionamento dos serviços aí instalados, a Segunda Outorgante, desde já, se responsabiliza a identificar e acomodar locais alternativos para a instalação temporária dos serviços, respeitando todos os requisitos técnicos.

#### **Cláusula V**

##### **(Acompanhamento e fiscalização do investimento)**

1. O Segundo Outorgante compromete-se a prestar informação mensal à Primeira Outorgante, sobre a execução física e financeira das operações aprovadas ao abrigo do Aviso Nº14/C01-i01/2023.
2. A fiscalização, coordenação e acompanhamento da obra é efetuada conjuntamente pelas partes através de uma comissão criada para o efeito.
3. A comissão a que alude o número anterior será igualmente responsável pela emissão de pareceres sobre reclamações, prorrogações e resoluções nesse âmbito.

#### **Cláusula VI**

##### **(Encargos e financiamento do investimento)**

1. Os custos com a realização do investimento referido na Cláusula I estão dependentes da aprovação do respetivo financiamento pelo PRR, devendo a candidatura ser apresentada pelo Segundo Outorgante.
2. Caso a candidatura a submeter não venha a ser aprovada, nos termos do número anterior, o Segundo Outorgante fica desonerado de qualquer obrigação que sobre si impenda por via do presente contrato.

## **Cláusula VII**

### **(Cessação do contrato-programa)**

1. O Contrato-Programa cessa por caducidade, designadamente nos termos da Cláusula XI, por impedimento legal superveniente, por acordo, por resolução por incumprimento de obrigações assumidas pelos Outorgantes ou razões de interesse público, devidamente fundamentado.
2. A comunicação de impedimento legal superveniente ou resolução nos termos do número anterior, deverá ser efetuada por escrito e comunicada à contraparte por carta registada com aviso de receção, produzindo efeitos desde a data da sua receção, exceto se for estabelecida outra data legalmente admissível.
3. A cessação do Contrato-Programa nos termos previstos no número 1, ficará sujeita às consequências legalmente previstas.

## **Cláusula VIII**

### **(Efeitos da cessação)**

A cessação do Contrato-Programa com fundamento em impedimento legal superveniente, acordo ou denúncia por não cumprimento de obrigações assumidas, tem como consequência a aplicação das regras do enriquecimento sem causa e da responsabilidade civil.

## **Cláusula IX**

### **(Domicílios convencionados)**

1. Ficam acordados pelos dois Outorgantes os seguintes domicílios convencionados para efeitos de comunicações e notificações a serem efetuadas no âmbito e por efeito do estabelecido nas cláusulas deste Contrato, aí incluídas as notificações a que haja lugar em sede de litígio, que serão válidas e eficazes a partir da data da sua receção, quando não seja outra a forma especialmente prevista, e desde que efetuadas por escrito e enviadas por carta registada com aviso de receção para as seguintes moradas:
  - a. Da Primeira Outorgante: Rua de Santa Catarina, n.º1288, 4000-447 Porto;
  - b. Do Segundo Outorgante: Praça Municipal, 4700-435 Braga;

- c. Ou para qualquer outro endereço que as partes venham a indicar entre si mediante comunicação prévia, pela mesma forma, com antecedência não inferior a dez dias.
2. Considera-se realizada e eficaz a comunicação enviada para as moradas supra indicadas, ou alterada nos termos anteriormente referidos, que for devolvida por recusa do destinatário, que não for levantada no prazo previsto no regulamento dos serviços postais ou em que o respetivo aviso de receção seja assinado por pessoa diferente do destinatário.
3. Qualquer comunicação entre as partes deve conter o endereço completo da que a subscreve.

#### **Cláusula X**

##### **(Foro competente)**

Para todo e qualquer litígio emergente da interpretação e aplicação do presente contrato-programa acordam os Outorgantes em submetê-lo ao foro da Comarca do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula XI**

##### **(Vigência e produção de efeitos)**

O Contrato-Programa produz efeitos a partir da data da sua assinatura, e vigorará até à total execução do investimento e cumprimento de todas as obrigações no presente contrato impostas aos seus Outorgantes.

#### **Cláusula XII**

##### **(Casos omissos)**

Os casos omissos e dúvidas que possam resultar da execução do presente Contrato-Programa são resolvidos e esclarecidos mediante consenso entre os Outorgantes, considerando os objetivos nele fixados e a legislação em vigor.

O presente contrato-programa, composto por 8 páginas, foi elaborado num único exemplar e assinado pelas Partes por certificado digital qualificado.



P'la Primeira Outorgante

(Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., Dr. Carlos Alberto de Jesus Nunes)

P'la Segunda Outorgante

(Município de Braga, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)